

# Orçamento fiscal de 87 não terá inflação como base de cálculo

por Cesar Borges  
de Brasília

Ao contrário do que prevaleceu até o passado recente, o próximo orçamento fiscal da União a ser remetido ao Congresso Nacional em dois meses não está sendo montado com base no comportamento da inflação futura. "A idéia é tentar buscar a participação das unidades orçamentárias do governo no sentido de montar um orçamento de qualidade", disse a este jornal o secretário geral da Seplan, Henri-Phillipe Reichstul.

Para atender a esse objetivo, o titular da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), José Teófilo de Oliveira, montou a seguinte estratégia: solicitou aos técnicos de unidades orçamentárias do governo federal que projetassem suas necessidades de recursos para o ano que vem, levando em consideração três hipóteses: o mesmo nível de recursos de 1986; uma contração de recursos da ordem de 20% sobre o orçamento de 1986; e um crescimento de 5% sobre este ano, sem levar em conta os recursos previstos no primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Esse esquema de trabalho começou a ser desenvolvido pelas unidades de orçamento e sob a coordenação dos secretários gerais de cada ministério, desde o início de maio passado. Na sexta-feira retrasada, dia 20 de junho, Reichstul reuniu todos os secretários gerais para reavaliar a metodologia proposta e, três dias depois, segunda-feira, devolveu a cada unidade a primeira versão de suas propostas a fim de que fossem criticadas internamente.

Conforme Reichstul explicou a este jornal na semana passada, o trabalho passa pelo pressuposto de que a inflação de 1987 será

zero. "O trabalho de discutir e examinar a inflação por parte do governo ainda não se esgotou", argumentou ele, evitando vincular a taxa de crescimento de 5% no orçamento com uma estimativa de inflação.

O secretário revelou que a nova metodologia ainda não fez muito sucesso entre técnicos acostumados a simplesmente considerar que tudo é prioritário. Segundo ele, ao solicitar que as unidades promovessem um corte de 20% em seus gastos, a Seplan está tentando estabelecer, a partir dos próprios administradores, o que é prioritário e o que é supérfluo, passível de corte e remanejamento. "Ficou um pouco difícil", contou, "porque muitos consideraram todos os seus programas de gastos prioritários."

Reichstul pondera que as negociações — que apenas começaram entre a Seplan e as demais unidades orçamentárias — devem caminhar na direção de serem consideradas as três hipóteses para cada programa. Em vista disso, ainda se torna difícil estimar o valor final do orçamento fiscal do ano que vem.

Reichstul também não avançou sobre o resultado da inflação deste ano no novo orçamento. Ao ser lembrado das primeiras estimativas para a inflação do cruzado — de 6,8% para todo o ano —, limitou-se a dizer "boa". Lembrou, entretanto, que o trabalho com uma inflação zero para 1987 é qualitativamente superior ao que vinha ocorrendo até agora.

No orçamento deste ano, por exemplo, a SOF considerou uma taxa de inflação média de 150%, ante uma taxa verificada de 250%. "O ajuste era muito mais difícil do que poderá ser agora, se vier a ocorrer uma taxa de inflação de apenas 5%", concluiu.